

PMS FMTL
BIBLIOTECA

12/08/2007

Edição 06

Assunto

Meio Ambiente
Linha 2

AMBIENTE | Ficou só no discurso do prefeito João Henrique rever licenças de desmatamento e o modelo de ocupação da região

Sem solução para verde da Paralela

MAIZA DE ANDRADE
mandrade@grupoatarde.com.br

A promessa de reverter a destruição das áreas verdes em torno da Avenida Paralela, feita pelo prefeito João Henrique Carneiro, em dezembro de 2004, poucos dias antes de tomar posse, ficou na intenção. Novos empreendimentos foram licenciados, como o Alphaville 2, em 2006, e com permissão para desmatamento de 468 mil metros quadrados. Nada se alterou na licença que a Patrimonial Saraíba recebeu em 2004 com permissão para desmatamento dada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepam) e o Alphaville 1 continua desmatando com permissão legal.

As promessas foram feitas em telefonema do prefeito à Redação de A TARDE, em 19 de dezembro daquele ano, numa reação à notícia das licenças concedidas pelo Cepam para a Saraíba e Fundação Baiana de Cardiologia, que somavam mais de um milhão de metros quadrados de vegetação nativa.

"Temos que ter uma relação sustentável com os recursos naturais que a cidade ainda tem. Não somos a última geração a habitar esta cidade", disse o prefeito, anunciando que iria rever as licenças dadas. "Estamos conversando com o secretário de Planejamento (na época, Itamar Batista) para que a revisão do Plano Diretor seja feita começando pelo que há de mais polêmico, que é a questão das áreas verdes da Paralela", disse.

Procurado pela reportagem, o prefeito alegou falta de agenda e



Em 2004, a intenção era garantir mais áreas verdes para a cidade

designou secretária municipal de Planejamento e Meio Ambiente, Kátia Carmelo, para falar sobre o assunto. Ela afirmou que as autorizações foram mantidas porque quando "ele fez a revisão das licenças, não encontrou nenhum óbice

legal nos empreendimentos". Kátia afirmou também que tudo que estava previsto para a região da Paralela desde 1991, quando a avenida foi classificada como corredor de tráfego, foi mantido na atual versão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Com isso, as vias previstas para cortarem a região, ligando o subúrbio a Itapua, continuam no desenho do PDDU. Nada mudou também no zoneamento que classificou as áreas verdes como residenciais desde o plano aprovado na gestão passada.

Os remanescentes de Mata Atlântica existentes nessa parte do município estão em propriedades privadas. Segundo a secretária, o município não teria recursos para pagar indenizações em caso de desapropriações para a criação de parques públicos. A saída, para ela, é ordenar a ocupação para que sejam mantidas as áreas de preservação obrigatória, correspondentes a pelo menos 20% dos terrenos.

A promotora de Justiça do Ministério Público do Estado, Cristina Seixas Graça, observa que a ocupação das áreas verdes está gerando "grave desequilíbrio ecológico para a cidade". Ela destaca a supressão de vegetação em estágio médio de recuperação em áreas de preservação permanente (APP), a afugentação da fauna silvestre que vivia em equilíbrio e a degradação dos recursos hídricos entre os fatos mais graves. Para ela, a administração pública deveria estar mais sensível à preservação dos recursos naturais. "Não há em Salvador outra área de valor ambiental como

esta", afirma. Segundo ele, "a cidade não precisa só de concreto, é preciso garantir áreas de escape para a relação das pessoas com o ambiente natural e também para o equilíbrio do clima", afirmou a promotora.

A coordenadora do Centro de Recursos Ambientais (CRA), Beth Wagner, afirmou que não houve al-

terações nas licenças dadas pelo governo do Estado aos empreendimentos na Paralela. A única iniciativa da prefeitura teria sido a de licenciar a abertura de uma via de acesso para o loteamento Alphaville 2 e de, para isso, autorizar o desmatamento próximo às margens do Rio Jaguaribe, numa área de preservação permanente

(APP). Para Beth Wagner, a aplicação da Lei da Mata Atlântica (nº 285/99) poderá trazer mais proteção para a vegetação nativa ainda existente na Paralela. Sobre a fiscalização nos empreendimentos, informou que o Alphaville 2 está regular. O Alphaville 1 será vistoriado na próxima semana e o Greenville está sob embargo do Ibama.